



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

RELATÓRIO ANUAL 2015

Execução Orçamentária das Empresas Estatais Federais

Ano-Base 2014

Brasília – 2017

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRESIDENTA

Dilma Vana Rousseff

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

MINISTRA DE ESTADO

Miriam Belchior

SECRETÁRIA-EXECUTIVA

Eva Maria Cella Dal Chiavon

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

DIRETOR

Murilo Francisco Barella

COORDENADORES-GERAIS

Alano Roberto Santiago Guedes

Antônia Rubenita Tavares Lima

Elvira Mariane Schulz

Gustavo Amorim Antunes

João Manoel da Cruz Simões

Noel Dorival Giacomitti

Pedro Augusto Cunto de Almeida Machado

RELATÓRIO ANUAL 2015

Execução Orçamentária das Empresas Estatais Federais

Ano Base 2014

Brasília – 2017

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

RELATÓRIO ANUAL - Editado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Secretaria Executiva – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. Equipe: Augusto César Mendonça de Souza, Carmen Dolores Faitaroni Ribeiro Guedes, Flávia Aparecida de Souza Ferreira, Gilson Gomes Pereira, Hiroshi Yoshida, João Paulo Borges Machado, José Magalhães de Sousa, Maurício Silva de Paula Cunha, Otávio Porto Barbosa, Patrícia Lopes Queiroz, Pedro Augusto Cunto de Almeida Machado, Pedro Franco Dutra Júnior, Sebastião Cleber Ferraz Pinto, Teresa Cristina Gama Paiva, Wilson Fiel dos Santos e Wisley Rodrigues da Silva. Todas as matérias publicadas podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Correspondências para: MP/DEST - Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 8º andar, Brasília -DF, CEP - 70040-906. Distribuição gratuita.

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Relatório Anual 2014 - Execução Orçamentária das Empresas Estatais Federais. Brasília/DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria Executiva. Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, 2015. 138 páginas.

I. Empresas Estatais – Dispêndios – Relatório – I. Título

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1 – O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO NAS EMPRESAS ESTATAIS	11
1.1 – NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO – NEFIL.....	15
2 – O PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS – PDG.....	18
2.1 – SETOR PRODUTIVO ESTATAL – SPE.....	19
2.1.1 Grupo PETROBRAS.....	21
2.1.2 Grupo ELETROBRAS	23
2.1.3 Demais Empresas.....	25
2.2 – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS FEDERAIS.....	27
3 – O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – OI	31
3.1 – SETOR PRODUTIVO ESTATAL – SPE.....	33
3.1.1 Grupo PETROBRAS.....	35
3.1.2 Grupo ELETROBRAS	37
3.1.3 Demais Empresas.....	39
3.2 – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS FEDERAIS.....	40
4 – DEMONSTRATIVOS	42
5 – AGRADECIMENTOS.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - NEFIL Consolidada – SPE 2014 – Programação, Reprogramação e Realizado.....	15
Quadro 02 - Parâmetros para elaboração do PDG 2014	18
Quadro 03 - Projeto de Lei Orçamentária 2014 - Emendas Parlamentares	19
Quadro 04 - PDG – Setor Produtivo Estatal – SPE - Usos e Fontes – 2010 a 2014	20
Quadro 05 - PDG – SPE – Grupo PETROBRAS - Usos e Fontes – 2010 a 2014	22
Quadro 06 - PDG – SPE – Grupo ELETROBRAS - Usos e Fontes – 2010 a 2014	24
Quadro 07 - PDG – SPE – Demais Empresas - Usos e Fontes – 2010 a 2014.....	26
Quadro 08 - PDG - Instituições Financeiras Federais - Usos e Fontes – 2010 a 2014.....	28
Quadro 09 - Orçamento de Investimento 2014 - Demonstrativo da Execução.....	32
Quadro 10 - Fontes de Financiamento dos Investimentos 2014 - Por Natureza	32
Quadro 11 - SPE – Investimento Por Principais Grupos – 2014	33
Quadro 12 - SPE - OI 2014 - Fontes de Financiamento dos Investimentos	34
Quadro 13 - SPE – Investimentos Realizados 2010 a 2014.....	34
Quadro 14 - SPE - Fontes de Financiamento dos Investimentos – 2010 a 2014.....	35
Quadro 15 - Grupo PETROBRAS - Investimentos Realizados – 2010 a 2014	36
Quadro 16 - Grupo PETROBRAS - Fontes de Financiamento dos Investimentos – 2010 a 2014	37
Quadro 17 - Grupo ELETROBRAS - Investimentos Realizados – 2010 a 2014.....	38
Quadro 18 - Grupo ELETROBRAS - Fontes de Financiamento dos Investimentos - 2010 a 2014.....	38
Quadro 19 - Demais Empresas do SPE - Investimentos Realizados – 2010 a 2014.....	39
Quadro 20 - Demais Empresas do SPE - Fontes de Financiamento Investimentos – 2010 a 2014	40
Quadro 21 - Instituições Financeiras Federais - Demonstrativo despesa p/ empresa 2014	40
Quadro 22 - Instituições Financeiras Federais - Investimentos Realizados - 2010 a 2014.....	41

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O Departamento de **Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST** é um órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e ligado diretamente à Secretaria-Executiva daquele Ministério e que visa o aperfeiçoamento da gestão administrativa, através do aumento da eficácia e transparência na atuação das empresas estatais federais, buscando o fortalecimento destas e potencializando os investimentos da União em benefício da sociedade.

A atuação do DEST se dá sobre as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, ou seja, as empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas, denominadas **empresas estatais**.

As empresas estatais são pessoas jurídicas de direito privado e estão organizadas, em sua maioria, sob a forma de sociedades de capital por ações e de empresas públicas. Encontram-se, ainda, entre as subsidiárias e controladas dessas empresas, sociedades civis ou por cotas de responsabilidade limitada. São agrupadas em dois principais setores, em função da peculiaridade das atividades desenvolvidas, o que influencia na forma como divulgam os seus resultados econômico-financeiros: **Setor Produtivo Estatal (SPE)** e Instituições **Financeiras**.

O DEST é responsável pelo acompanhamento e disponibilização das informações econômico-financeiras dessas empresas, bem como se manifestar sobre os pleitos no que se refere à política salarial, aprovação e eventuais modificações nos planos de previdência e seu quantitativo de empregados. Destaca-se ainda, a responsabilidade da coordenação e a elaboração do **Programa de Dispêndios Globais – PDG** – e da proposta do **Orçamento de Investimento – OI** – das empresas estatais, conforme Art. 8º, inciso I, do Anexo I, do Decreto 8.189, de 21 de janeiro de 2014.

Dessa forma, são disponibilizadas neste relatório, as informações relativas à execução orçamentária das empresas estatais federais no exercício de 2014.

Considerando a integridade, coerência e confiabilidade dos dados apresentados, o relatório está composto em quatro partes, sobre as quais tecemos os comentários a seguir:

Na parte **1 - O Processo Orçamentário nas Empresas Estatais** - são descritas as várias etapas e atividades que compõem o ciclo orçamentário; conceitua-se o universo das empresas que têm suas programações de dispêndios submetidas ao DEST; são relacionadas as empresas estatais federais que têm seus orçamentos inseridos no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; bem como é apresentada a capacidade das empresas estatais de gerarem recursos próprios suficientes para custear suas atividades e quitar dívidas (**Necessidade de Financiamento Líquido – NEFIL**)¹.

Na parte **2 – O Programa de Dispêndios Globais - PDG**² – são elencadas as premissas básicas para a elaboração do **PDG** e apresentados comentários sobre o desempenho das empresas, de forma agregada, agrupadas por setor e por grupos de atividade econômica.

¹ A NEFIL é um dos indicadores utilizados para a aferição do desempenho financeiro da empresa. Esse demonstrativo evidencia se a geração de caixa da própria empresa é suficiente para cobrir seus gastos e pagar dívidas. Por ocasião da programação orçamentária e suas alterações, o DEST calcula a NEFIL pelo conceito “acima da linha”, que é o resultado obtido a partir da diferença entre o fluxo de recursos não onerosos e o fluxo de despesas correntes e de capital, exclusive os dispêndios vinculados ao pagamento do principal da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de títulos.

² O PDG é um conjunto sistematizado de informações econômico-financeiras das empresas estatais, que tem por objetivo avaliar o volume de recursos e de dispêndios anuais desses entes, subsidiando, em paralelo, o monitoramento e a avaliação da gestão dessas empresas, tanto em

Na parte **3 – O Orçamento de Investimento - OI³** – são feitas considerações sobre o desempenho dos investimentos no exercício, de forma agregada, agrupados por setor e por grupos de atividade econômica.

Na parte **4 – Demonstrativos** – são disponibilizados demonstrativos consolidados por Setor (**Setor Produtivo Estatal** ou **Setor Financeiro**), por Grupo (**PETROBRAS, ELETROBRAS** ou **Demais Empresas**) e por Empresa, referentes aos **Usos e Fontes** e também a **NEFIL**, no caso das empresas que integram a meta de resultado primário das estatais.

MURILO FRANCISCO BARELLA
Diretor do DEST

termos de compatibilidade com as metas de política econômica governamental de curto prazo (NEFIL) quanto em relação aos objetivos e diretrizes de médio e longo prazo (respectivamente, aderência em relação ao Plano Plurianual vigente e a promoção da equidade, da eficiência e da efetividade por meio das atividades das empresas estatais). Elaborado concomitantemente com o Orçamento de Investimento, integra, no primeiro momento, a Mensagem Presidencial que encaminha o Projeto de Lei Orçamentária Anual, na forma de demonstrativos de “Usos” e “Fontes”, com a informação da origem das fontes de recursos que financiarão os investimentos propostos pelas empresas estatais.

³ O Orçamento de Investimento – OI - está previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, e abrangerá as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, ressalvadas aquelas cuja programação conste integralmente do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social. O OI é composto por todos os investimentos realizados por essas estatais, independentemente da fonte de financiamento utilizada, com gastos com aquisição de bens classificáveis no Ativo Imobilizado, de acordo com as determinações da Lei nº 6.404, 15 de dezembro de 1976, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, 28 de dezembro de 2007 e leis posteriores, bem como benfeitorias por elas realizadas em bens da União e as benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos a elas pela União, excetuados os custos relativos à aquisição de bens que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou de terceiros e os valores do custo de empréstimos contabilizados no ativo imobilizado.

1. O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO NAS EMPRESAS ESTATAIS

1

O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO NAS EMPRESAS ESTATAIS

Conforme previsto no Decreto nº 3.735, de 24 de janeiro de 2001, consideram-se empresas estatais federais as empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Para fins de controle orçamentário, as empresas estatais federais são divididas em dois grupos: **dependentes** e **não dependentes**. De acordo com o art. 2º, inciso III, da lei Complementar nº 101, de 04 de janeiro de 2000, a estatal federal **dependente** é a empresa controlada pela União que recebe recursos financeiros do Tesouro Nacional para o pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

As empresas **não dependentes** são acompanhadas diretamente pelo **DEST** e têm suas programações de gastos e de origem de recursos inseridas no **Programa de Dispêndios Globais - PDG**. Essas empresas ainda têm seus gastos com a aquisição e a manutenção de bens do Ativo Imobilizado detalhados e aprovados no **Orçamento de Investimento - OI**, peça componente do Orçamento Geral da União - **OGU**.

Tendo em vista as peculiaridades contábeis, em especial as normas destinadas aos bancos e instituições afins, as entidades orçamentárias integrantes do **PDG** são também divididas em dois grupamentos:

- a) **Setor Produtivo Estatal – SPE**: engloba as empresas estatais federais produtoras de bens e serviços, como insumos básicos, serviços, pesquisas, transportes, bem como geração, transmissão e distribuição de energia; e
- b) **Instituições Financeiras Federais**: engloba as empresas estatais federais que operam no mercado financeiro e cuja atividade é regida, basicamente, pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

O **Setor Produtivo Estatal**, para efeito de análise e avaliação do **DEST**, é composto de três grupos de empresas: o **Grupo PETROBRAS**, que abrange o setor de petróleo, seus derivados e gás natural; o **Grupo ELETROBRAS**, que abrange o setor de energia elétrica; e o Grupo das **Demais Empresas**, que abrange entidades que atuam nas mais diferentes atividades.

Conceitualmente, ainda integram o **Setor Produtivo Estatal** as empresas estatais **dependentes** relacionadas mais adiante nesta seção. A fim de evitar duplicidade no controle exercido pelo Governo Federal, elas têm seus orçamentos de dispêndios, inclusive de investimentos, integrados ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, sendo elaborados pela Secretaria de Orçamento

Federal – **SOF**, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – **MP**. Portanto, as execuções orçamentárias dessas empresas não fazem parte da presente publicação.

O **PDG** é elaborado anualmente a partir de propostas das próprias empresas estatais federais, sob a supervisão dos respectivos ministérios setoriais. Sua estrutura básica é respaldada em três conjuntos de dados referentes a **Usos, Fontes e Fluxo de Caixa**, conjuntos esses que, no tempo devido, são repassados pelas empresas ao **DEST**, por meio do **Sistema de Informação das Estatais - SIEST**, que administra a base de dados do **PDG**.

O **DEST** é o órgão responsável pela análise e consolidação das propostas de dispêndios feitas pelas empresas estatais federais. Em seguida, o Departamento encaminha à aprovação superior o conjunto de programações que comporá o **PDG** do exercício de referência.

Sob uma perspectiva fiscal de curto prazo, o processo de definição do **PDG** é pautado em parâmetros estabelecidos no âmbito da política macroeconômica do Governo Federal, que objetivam o acompanhamento e a avaliação de seus gastos para compatibilização com as metas de *superávit* fiscal das contas públicas. Diante da melhoria na situação econômico-financeira do País, a política de resultado primário foi aprimorada e, a partir de autorização contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias – **LDO**, algumas empresas estatais foram excluídas desse esforço (**Grupo PETROBRAS** e **Grupo ELETROBRAS**). Para o conjunto das **Demais Empresas Estatais**, a **LDO** estipula meta de estabilidade, isto é, sem geração de *superávit* ou *déficit*. Assim, o governo passa a gerar *superávit* apenas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade, reconhecendo implicitamente que os investimentos e demais dispêndios das estatais possuem maior potencial para contribuir com a economia do país.

O ciclo orçamentário anual dos dispêndios globais das empresas estatais federais, tal como o do **Orçamento de Investimento**, peça componente do Orçamento Geral da União, abrange um lapso de 20 meses, aproximadamente. Tal período se divide em três grandes etapas:

1ª Etapa - elaboração e aprovação do orçamento, de abril a dezembro do ano anterior à sua vigência, contendo:

- a) a definição dos parâmetros e das metas fiscais, que são propostas pelo Governo Federal e submetidas à aprovação do Congresso Nacional no bojo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- b) a elaboração das propostas de orçamento pelas empresas estatais federais, que são aprovadas pelos respectivos ministérios setoriais e repassadas *on line* ao **DEST**, por meio do **SIEST**;
- c) no âmbito do **DEST**, são efetuadas as análises das propostas individuais, a consolidação e a conciliação da proposta agregada com as metas de política econômica e fiscal do Governo Federal;
- d) o envio ao Congresso Nacional do **PDG**, até 31 de agosto do ano anterior ao de referência, no formato reduzido do Demonstrativo de Usos e Fontes, por empresa,

como anexo à **Mensagem Presidencial**⁴ relativa ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, para subsidiar a análise e avaliação do **Orçamento de Investimento** das Empresas Estatais Federais, como, aliás, determina a **LDO**;

e) elaboração de proposta de decreto presidencial para a aprovação do **PDG**, já considerando os montantes de investimentos constantes no Projeto de Lei Orçamentária Anual e variáveis macroeconômicas atualizadas; e

f) após a publicação do decreto, as empresas estatais devem encaminhar o detalhamento mensal da programação, tomando por base, no tocante à rubrica “Investimentos”, os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual. Esse detalhamento destina-se a fixação das metas quadrimestrais de resultado primário, para compor o Projeto de Decreto de programação financeira, a ser editado em até 30 dias após a sanção da Lei Orçamentária Anual.

2ª Etapa - execução e acompanhamento, inclusive revisões, no exercício de vigência:

a) acompanhamento, pelo **DEST**, da execução orçamentária com base em informações mensais, inseridas no **SIEST** pelas empresas, referentes tanto aos respectivos gastos e compromissos quanto aos recursos utilizados. Os valores informados representam o montante acumulado no exercício até o mês de referência;

b) avaliação das principais rubricas de cada grupo/empresa, em relação às diretrizes do Governo. Caso necessário, são adotadas medidas visando ao ajuste dos gastos das empresas em relação às metas de desempenho estabelecidas;

c) revisão do programa de dispêndios anuais em execução. Tal revisão, quando decorre de contingências relacionadas com alterações nas premissas macroeconômicas ou nas metas de ajuste fiscal, quase sempre reflete na programação de dispêndios da maioria das empresas;

d) efetivação de crédito orçamentário aberto ao **Orçamento de Investimento** da empresa, que promova alteração na sua dotação global, o qual implica em adequação no respectivo valor no **PDG**. Podem acontecer, também, reprogramações em orçamento de dispêndios de empresa que comprove a necessidade de recompor seus limites de gastos; e

e) alterações no **Programa de Dispêndios Globais**, as quais são aprovadas por decreto do Poder Executivo, salvo casos específicos como aquelas decorrentes de crédito orçamentário.

3ª Etapa - fechamento do processo orçamentário e avaliação dos resultados, até fevereiro do exercício seguinte ao da vigência:

⁴ Documento que encaminha o Projeto de Lei Orçamentária Anual ao Congresso Nacional

- a) realização de análises e consolidações dos dados orçamentários referentes às realizações no exercício findo, que permitirão avaliar o desempenho de cada uma das empresas e subsidiar a Prestação de Contas da Presidência da República, no caso do **Orçamento de Investimento**; e
- b) os dados consolidados e as análises realizadas subsidiam o posicionamento do **DEST** no que concerne à fixação das metas fiscais e propostas de melhoria para as programações futuras.

As estatais dependentes, relacionadas abaixo, tiveram seus dispêndios, inclusive os investimentos, integrados ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, e suas programações e execuções orçamentárias foram acompanhadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - **STN**:

- Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - **AMAZUL**
- Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – **CEITEC**;
- Companhia Brasileira de Trens Urbanos – **CBTU**;
- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – **CODEVASF**;
- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – **CPRM**;
- Companhia Nacional de Abastecimento – **CONAB**;
- Empresa Brasil de Comunicação S.A. – **EBC**;
- **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA**;
- **Empresa Brasileira e Serviços Hospitalares – EBSEH**;
- **Empresa de Pesquisa Energética – EPE**;
- **Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL**;
- **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB**;
- Hospital de Clínicas de Porto Alegre – **HCPA**;
- Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.- **CONCEIÇÃO**;
- Indústria de Material Bélico do Brasil – **IMBEL**;
- Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – **INB**;
- Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – **NUCLEP**;
- Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. - **VALEC**

Registre-se que as empresas estatais integrantes do **PDG** e do **Orçamento de Investimento** não estão submetidas às disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), uma vez que estão excluídas do rol de empresas que se enquadram no

art. 2º, inciso III, por não receberem recursos do Tesouro Nacional para pagamento de despesas com pessoal ou com custeio em geral.

1.1 NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO

A **Necessidade de Financiamento Líquido – NEFIL** é o demonstrativo específico das empresas que integram o cálculo do resultado primário das estatais.

O resultado primário é um importante indicador de desempenho financeiro do Setor Público, que verifica se determinado segmento governamental é capaz de gerar, em período específico de tempo, recursos próprios suficientes para custear suas atividades, quitar dívidas e gerar excedente. Dessa forma, a **NEFIL** evidencia a contribuição da estatal para o esforço financeiro do Governo.

Atualmente, quatro grupos de empresas estão excluídos do resultado primário das empresas estatais: instituições financeiras, estatais dependentes do tesouro, Grupo PETROBRAS e Grupo ELETROBRAS. Os bancos são excluídos por questões conceituais, já que o resultado primário é apurado apenas para o Setor Público Não Financeiro. As empresas **dependentes**, por outro lado, integram as contas do próprio Governo e, para evitar dupla contagem, não são consideradas no resultado primário das estatais. Por fim, conforme disposto no art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 (LDO/2014), as empresas dos grupos **ELETROBRAS** e **PETROBRAS** não são consideradas na meta de resultado primário atribuída ao **Programa de Dispêndios Globais – PDG**. Essas empresas foram excluídas das metas fiscais tendo em vista que a restrição por resultado primário poderia afetar a sua capacidade competitiva.

Para as empresas estatais remanescentes – grupamento **Demais Empresas** e **ITAIPU** – foi fixada a meta de “zero por cento” do Produto Interno Bruto – **PIB**, ou seja, com o pressuposto de equilíbrio financeiro. A realização em 2014 gerou superávit de R\$ 704 milhões.

O quadro a seguir apresenta a programação da meta de superávit primário das empresas estatais para 2014, bem como o resultado obtido ao final do período:

QUADRO 01
NEFIL CONSOLIDADA - SPE 2014
Programação, Reprogramação e Realizado

R\$ milhões		
Empresas	Programação / Reprogramação	Realizado
Demais Empresas do SPE	(1.667)	(764)
ITAIPU (1)	1.667	1.468
Total	0	704

Fonte: Siest

(1) Resultado estimado pelo DEST para os valores programados e reprogramados.

Vale ressaltar que o valor programado para a empresa **ITAIPU BINACIONAL** é apenas indicativo da previsão de resultado primário esperada para aquela empresa em 2014, uma vez que, conforme decisão emanada do Tribunal de Contas da União, os órgãos de coordenação e controle brasileiros

não têm competência para fixar os gastos da mesma, por se tratar de empresa de controle binacional.

2. O PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS – PDG

2

O PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

O Programa de Dispêndios Globais - PDG foi inicialmente elaborado com o objetivo de constituir anexo à Mensagem Presidencial que encaminha ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária Anual, como informação da origem dos recursos que financiariam os investimentos propostos pelas empresas estatais federais para aquele exercício.

Para conciliar as propostas orçamentárias das empresas para 2014 com os requisitos da política macroeconômica, foram estabelecidos, para toda a esfera federal, os seguintes parâmetros para as unidades orçamentárias:

QUADRO 02

Parâmetros para elaboração do PDG 2014

PARÂMETROS	VALORES
Produto Interno Bruto – PIB	R\$ 5.242 bilhões
PIB (taxa de crescimento real anual)	4,0%
Taxa de câmbio (média anual) US\$ 1.00	R\$ 2,04
Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (média/média)	5,0%
Política Salarial (data-base)	2,00%
Preços e Tarifas Públicas (valores praticados)	Junho/2013

Fonte: PLOA

O PDG das empresas estatais federais para o exercício de 2014 foi aprovado pelo Decreto nº 8.159, de 18 de dezembro de 2013, no qual ficou estabelecido que eventuais propostas de reprogramações poderiam ser encaminhadas ao DEST, por intermédio dos respectivos Ministérios setoriais, até o dia 17 de outubro 2014. Por sua vez, o DEST foi autorizado a efetuar remanejamentos de valores entre as diversas rubricas do PDG até o dia 19 de dezembro de 2014, exceto na rubrica de investimentos, desde que não implicassem em alteração do limite global de dispêndios e de recursos fixados para cada empresa, bem como da meta de resultado primário.

Ressalva importante, contida no art. 5º, condiciona a execução dos projetos aprovados no Orçamento de Investimento para 2014 à conta de “Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido – Tesouro” à efetiva liberação dos recursos financeiros pelo Tesouro Nacional.

Cabe esclarecer que o PDG das empresas estatais federais foi devidamente adequado ao Orçamento de Investimento de 2014, incorporando os valores das emendas parlamentares aprovadas pelo Congresso Nacional, conforme quadro 03.

QUADRO 03
PDG - PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2014
 Ajustes nos investimentos decorrentes de emendas parlamentares

EMPRESA	PROPOSTO	EMENDA	APROVADO
Codesa	83.440.000	44.860.266	128.300.266
Eletronorte	490.000.000	40.061.000	530.061.000
Hemobrás	291.330.242	-20.000.000	271.330.242
TOTAL	900.446.606	70.226.266	970.672.872

Valores em R\$ 1,00

Fonte: Siop

Em 2014, os dispêndios totais das empresas estatais federais atingiram o volume de R\$ 1,1 trilhão (quadros 04 e 08), excluídas as aplicações em empréstimos e/ou financiamentos concedidos pelas instituições financeiras. Desse total, as empresas do **Setor Produtivo Estatal** responderam por 55,6% dos dispêndios, no valor de R\$ 623,9 bilhões, e as **Instituições Financeiras Federais** pelos outros 44,4%, no valor de R\$ 497,0 bilhões. O montante líquido das aplicações em empréstimos e/ou financiamentos concedidos pelas instituições financeiras foi de R\$ 271,6 bilhões.

Em relação ao total dos dispêndios de capital, R\$ 274,4 bilhões, o **Setor Financeiro** teve participação de R\$ 140,7 bilhões e o **Setor Produtivo Estatal** no valor de R\$ 133,7 bilhões.

Quanto aos dispêndios correntes, R\$ 846,5 bilhões, o **Setor Produtivo Estatal** respondeu por 58,0% dos recursos aplicados, no valor de R\$ 490,2 bilhões, contra 42,0% do **Setor Financeiro**, no valor de R\$ 356,3 bilhões.

Por fim, é importante esclarecer que o total de receitas discriminadas no **PDG** é inferior ao total de receitas assim intituladas na **NEFIL**. Enquanto o **PDG** se aproxima do conceito contábil de receita, considerando apenas receitas próprias, a **NEFIL** apura outros valores, como recursos para aumento do patrimônio líquido e outros recursos de longo prazo. Esses números também são inseridos no **PDG**, mas em grupos específicos, separados das receitas.

2.1. SETOR PRODUTIVO ESTATAL – SPE

O Setor Produtivo Estatal – SPE considerado nesta publicação é composto pelas empresas do Grupo PETROBRAS, do Grupo ELETROBRAS e pelas Demais Empresas⁵.

⁵ Para o Perfil das Empresas Estatais, também são consideradas no Setor Produtivo Estatal as empresas Dependentes do Tesouro Nacional.

QUADRO 04

PDG – SETOR PRODUTIVO ESTATAL – SPE

Demonstrativo consolidado da execução de USOS E FONTES - Período de 2010 a 2014

Valores em R\$ milhões correntes

RUBRICAS	2010	2011	2012	2013	2014
U S O S					
Dispêndios de Capital	195.952	109.170	128.019	176.558	133.715
Investimentos	81.513	80.259	94.839	101.223	91.528
Inversões Financeiras	6.209	5.013	6.694	8.962	12.406
Amortizações - Principal	12.617	5.706	10.790	33.507	11.893
Operações de Crédito Internas	5.078	742	3.685	21.884	2.912
Operações de Crédito Externas	2.617	1.879	3.624	8.244	6.187
Debêntures	0	0	0	0	193
Mútuos com Empresas no Exterior	0	0	0	0	0
Outras Fontes	3.484	2.988	3.384	3.097	2.601
Outros Dispêndios de Capital	95.613	18.192	15.696	32.865	17.888
Dispêndios Correntes	308.239	342.647	397.226	423.913	490.233
Pessoal e Encargos Sociais	26.742	29.994	34.217	40.331	44.400
Materiais e Produtos	104.177	112.374	157.564	169.494	197.025
Serviços de Terceiros	37.253	36.557	41.801	40.264	44.445
Utilidades e Serviços	1.788	1.927	1.912	1.505	1.612
Tributos e Encargos Parafiscais	90.298	101.745	100.948	103.185	119.092
Encargos Financeiros e Outros	9.284	10.476	12.787	14.387	19.317
Operações de Crédito Internas	3.076	3.760	4.232	5.108	8.043
Operações de Crédito Externas	3.458	3.977	6.362	7.639	8.706
Debêntures	296	210	138	64	94
Mútuos com Empresas no Exterior	0	0	0	0	0
Outras Fontes	2.454	2.530	2.056	1.576	2.474
Demais Dispêndios Correntes	38.696	49.573	47.997	54.747	64.342
TOTAL DOS USOS	504.191	451.817	525.244	600.470	623.948
F O N T E S					
Receita	340.776	374.356	461.604	496.805	557.906
Subsídio do Tesouro	0	0	0	0	0
Receita Operacional	325.475	357.115	421.450	472.367	528.463
Receita não Operacional	15.301	17.241	40.154	24.438	29.444
Recursos p/ Aumento do Patrimônio Líquido	120.795	1.505	752	-6.402	1.071
Tesouro	51.267	1.429	705	3.000	2.626
Participação no Capital - Empresas Estatais	29.127	76	47	-9.402	-1.567
Demais	40.401	0	0	0	12
Retorno de Aplicações Financeiras de Longo Prazo	16.997	9.442	13.113	20.239	93
Operações de Crédito de Longo Prazo	29.865	34.178	40.565	76.412	66.659
Operações de Crédito Internas - Moeda	10.987	8.344	10.856	32.589	16.715
Operações de Crédito Internas - Bens e Serviços	152	28	0	0	793
Operações de Crédito Externas - Moeda	18.726	25.794	29.689	43.823	49.152
Operações de Crédito Externas - Bens e Serviços	0	13	20	0	0
Outros Recursos de Longo Prazo	2.085	2.629	1.084	1.730	4.407
Debêntures	123	0	67	143	879
Empréstimos/Financiamentos (não Inst. Financeiras)	0	596	0	-0	3.454
Demais Recursos de Longo Prazo	1.962	2.034	1.017	1.587	74
TOTAL DOS FONTES	510.517	422.111	517.119	588.785	630.136
Variação de Empréstimos de Curto Prazo	-2.252	-8.127	-8.265	8.648	-11.126
Variação do Capital de Giro	8.455	48.539	15.945	-8.001	13.527
Ajustes de Receitas e Despesas Financeiras	-1.693	-627	-2.894	1.571	1.772
Variação do Disponível (Inicial-Final)	-10.837	-10.079	3.340	9.468	-10.361
TOTAL LÍQUIDO DAS FONTES	504.191	451.817	525.244	600.470	623.948

Fonte: Siest

Em relação aos usos, os valores nominais aplicados em dispêndios de capital passaram de R\$ 176,5 bilhões, em 2013, para R\$ 133,7 bilhões, em 2014, representando uma redução de 24,2%. Os dispêndios correntes tiveram crescimento de 15,6%, passando de R\$ 423,9 bilhões, em 2013, para R\$ 490,2 bilhões, em 2014, valores estes, superiores ao crescimento das receitas, que cresceram em 2014, 12,3% em relação a 2013, passando de R\$ 496,8 bilhões para R\$ 557,9 bilhões.

2.1.1. Grupo PETROBRAS

Liderado pela empresa Petróleo Brasileiro S.A. - **PETROBRAS**, o **Grupo PETROBRAS** é composto por empresas que desenvolvem atividades em todos os segmentos da indústria do petróleo: exploração e desenvolvimento da produção de óleo e gás natural, petroquímica, refino, distribuição e transporte, além de outras atividades complementares. Por intermédio de empresas subsidiárias, controladas e coligadas, ou mesmo de parcerias, o grupo atua em países de todos os continentes.

QUADRO 05
PDG – SPE / GRUPO PETROBRAS

Demonstrativo consolidado da execução de USOS E FONTES - Período de 2010 a 2014

Valores em R\$ milhões correntes

RUBRICAS	2010	2011	2012	2013	2014
U S O S					
Dispêndios de Capital	179.612	90.059	107.053	151.252	105.930
Investimentos	74.552	71.285	85.984	90.372	81.394
Inversões Financeiras	4.534	1.982	2.382	4.306	6.392
Amortizações - Principal	8.525	2.107	6.061	29.138	7.770
Operações de Crédito Internas	4.741	387	2.784	21.275	2.173
Operações de Crédito Externas	2.368	1.617	3.135	7.612	5.395
Debêntures	0	0	0	0	186
Mútuos com Empresas no Exterior	0	0	0	0	0
Outras Fontes	0	35	75	0	17
Outros Dispêndios de Capital	92.002	14.685	12.626	27.436	10.375
Dispêndios Correntes	252.399	281.420	329.070	350.014	406.249
Pessoal e Encargos Sociais	13.422	15.554	18.053	21.181	24.237
Materiais e Produtos	87.504	94.878	136.327	145.688	165.988
Serviços de Terceiros	26.017	24.009	28.351	26.637	31.205
Utilidades e Serviços	960	1.043	983	798	886
Tributos e Encargos Parafiscais	83.627	94.427	92.719	96.449	109.693
Encargos Financeiros e Outros	6.774	8.252	10.664	12.217	16.169
Operações de Crédito Internas	2.818	3.452	3.876	4.515	6.514
Operações de Crédito Externas	3.173	3.677	5.797	7.044	8.112
Debêntures	296	199	132	62	91
Mútuos com Empresas no Exterior	0	0	0	0	0
Outras Fontes	487	923	860	596	1.452
Demais Dispêndios Correntes	34.095	43.256	41.972	47.044	58.071
TOTAL DOS USOS	432.011	371.478	436.122	501.265	512.179
F O N T E S					
Receita	273.088	297.614	363.393	415.894	463.654
Subsídio do Tesouro	0	0	0	0	0
Receita Operacional	266.626	291.318	348.324	399.392	442.069
Receita não Operacional	6.462	6.296	15.069	16.502	21.585
Recursos p/ Aumento do Patrimônio Líquido	120.253	13	0	-9.519	-1.668
Tesouro	50.957	0	0	0	0
Participação no Capital - Empresas Estatais	28.895	13	0	-9.519	-1.668
Demais	40.401	0	0	0	0
Retorno de Aplicações Financeiras de Longo Prazo	12.151	6.887	10.554	17.443	-2.867
Operações de Crédito de Longo Prazo	28.261	29.264	37.415	71.162	59.001
Operações de Crédito Internas - Moeda	10.299	6.568	7.834	27.570	9.109
Operações de Crédito Internas - Bens e Serviços	152	28	0	0	793
Operações de Crédito Externas - Moeda	17.810	22.656	29.561	43.592	49.100
Operações de Crédito Externas - Bens e Serviços	0	13	20	0	0
Outros Recursos de Longo Prazo	0	596	4	0	4.254
Debêntures	0	0	0	0	800
Empréstimos/Financiamentos (não Inst. Financeiras)	0	596	0	-0	3.454
Demais Recursos de Longo Prazo	0	0	4	0	0
TOTAL DOS FONTES	433.753	334.374	411.366	494.980	522.374
Variação de Empréstimos de Curto Prazo	-2.262	-8.092	-8.319	7.952	-10.794
Variação do Capital de Giro	11.222	50.223	31.726	7.013	14.301
Ajustes de Receitas e Despesas Financeiras	-2.456	439	-2.193	2.150	1.200
Variação do Disponível (Inicial-Final)	-8.247	-5.465	3.543	-10.830	-14.903
TOTAL LÍQUIDO DAS FONTES	432.011	371.478	436.122	501.265	512.179

Fonte: Siest

O **Grupo PETROBRAS** foi responsável, em 2014, por 82,1% do total dos gastos do **Setor Produtivo Estatal**, no valor de R\$ 512,1 bilhões.

Em relação aos usos, os valores nominais aplicados em dispêndios de capital passaram de R\$ 151,2 bilhões, em 2013, para R\$ 105,9 bilhões, em 2014, representando uma redução de 29,9%. O principal responsável por essa redução foram as amortizações em Operações de Crédito Internas e Externas, que passaram de R\$ 29,1 bilhões, em 2013, para R\$ 7,7 bilhões em 2014, uma diferença de 73,3%. Os dispêndios com Pessoal e Encargos Sociais elevaram-se em 14,4% em relação a 2013.

Quanto às fontes, o **Grupo** respondeu por 83,6% do total da receita operacional do **Setor Produtivo Estatal**, em 2014, com valor de R\$ 442,0 bilhões.

Houve uma elevação das receitas totais em 11,4%, passando de R\$ 415,9 bilhões em 2013 para R\$ 463,6 bilhões em 2014, decorrente basicamente do aumento da receita operacional no período.

Visto a representatividade do **Grupo PETROBRAS** no **Setor Produtivo Estatal** como um todo é possível afirmar que grande parte dos comentários feitos para o **Grupo** aplica-se também ao **Setor**.

2.1.2. Grupo ELETROBRAS

O **Grupo ELETROBRAS** é composto por 19 empresas, representadas pela *holding* Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – **ELETROBRAS**, pelas empresas que atuam na geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica (**ELETRONUCLEAR, ELETRONORTE, ELETROSUL, CHESF, FURNAS, ETE, CGTEE, UIRAPURU, TSBE e TSLE** com suas subsidiárias Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - **AmE** e Boa Vista Energia S.A. – **BVNERGIA**), pela **ELETROPAR** e pelo Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – **CEPEL**. Estão ainda vinculadas à **ELETROBRAS** as empresas federalizadas **ELETROACRE, CEAL, CEPISA e CERON**).

QUADRO 06
PDG – SPE / GRUPO ELETOBRÁS
 Demonstrativo consolidado da execução de USOS E FONTES - Período de 2010 a 2014

Valores em R\$ milhões correntes

RUBRICAS	2010	2011	2012	2013	2014
U S O S					
Dispêndios de Capital	10.873	14.095	14.157	15.334	14.238
Investimentos	5.279	6.775	5.924	7.222	6.265
Inversões Financeiras	1.676	3.031	3.931	3.980	5.224
Amortizações - Principal	1.664	1.909	2.949	2.481	2.749
Operações de Crédito Internas	159	353	900	604	737
Operações de Crédito Externas	214	223	463	614	788
Debêntures	0	0	0	0	0
Mútuos com Empresas no Exterior	0	0	0	0	0
Outras Fontes	1.292	1.333	1.587	1.263	1.224
Outros Dispêndios de Capital	2.254	2.381	1.352	1.652	0
Dispêndios Correntes	30.813	33.738	38.883	42.492	50.750
Pessoal e Encargos Sociais	4.176	4.426	4.971	6.703	5.065
Materiais e Produtos	15.880	16.616	20.228	22.588	30.105
Serviços de Terceiros	2.254	2.503	2.752	2.803	2.796
Utilidades e Serviços	120	119	123	108	114
Tributos e Encargos Parafiscais	4.553	4.900	5.623	4.041	6.283
Encargos Financeiros e Outros	955	1.047	1.372	1.582	2.351
Operações de Crédito Internas	225	296	347	586	1.310
Operações de Crédito Externas	278	295	562	594	593
Debêntures	0	0	0	0	3
Mútuos com Empresas no Exterior	0	0	0	0	0
Outras Fontes	453	456	463	401	445
Demais Dispêndios Correntes	2.875	4.127	3.813	4.667	4.036
TOTAL DOS USOS	41.686	47.834	53.039	57.826	64.988
F O N T E S					0
Receita	39.197	43.769	63.514	42.098	51.773
Subsídio do Tesouro	0	0	0	0	0
Receita Operacional	34.480	37.766	43.379	38.002	47.414
Receita não Operacional	4.717	6.003	20.135	4.097	4.359
Recursos p/ Aumento do Patrimônio Líquido	0	28	47	117	101
Tesouro	0	0	0	0	0
Participação no Capital - Empresas Estatais	0	28	47	117	101
Demais	0	0	0	0	0
Retorno de Aplicações Financeiras de Longo Prazo	2.195	1.130	1.213	1.476	1.666
Operações de Crédito de Longo Prazo	1.602	4.914	3.143	5.251	7.305
Operações de Crédito Internas - Moeda	687	1.776	3.015	5.019	7.253
Operações de Crédito Internas - Bens e Serviços	0	0	0	0	0
Operações de Crédito Externas - Moeda	915	3.139	127	231	52
Operações de Crédito Externas - Bens e Serviços	0	0	0	0	0
Outros Recursos de Longo Prazo	1.610	1.597	1.036	1.727	152
Debêntures	0	0	67	143	79
Empréstimos/Financiamentos (não Inst. Financeiras)	0	0	0	0	0
Demais Recursos de Longo Prazo	1.610	1.597	969	1.583	74
TOTAL DOS FONTES	44.605	51.438	68.953	50.669	60.997
Variação de Empréstimos de Curto Prazo	10	105	-95	800	-300
Variação do Capital de Giro	-2.336	-388	-15.074	-13.359	-735
Ajustes de Receitas e Despesas Financeiras	1.448	-350	288	207	832
Variação do Disponível (Inicial-Final)	-2.040	-2.972	-1.033	19.509	4.194
TOTAL LÍQUIDO DAS FONTES	41.686	47.834	53.039	57.826	64.988

Fonte: Siest

No **Grupo ELETROBRAS**, houve aumento no total dos dispêndios correntes em comparação ao ano anterior, de R\$ 42,4 bilhões em 2013, para R\$ 50,7 bilhões em 2014. O **Grupo** respondeu, em 2014, por 10,4% do total dos gastos do setor produtivo estatal, no valor de R\$ 64,9 bilhões. A participação do **Grupo** nos dispêndios de capital foi de 10,6% e nos dispêndios correntes de 10,3%.

Quanto às fontes, verificou-se um aumento da receita em aproximadamente R\$ 9,6 bilhões em relação a 2013, ficando 23% acima do verificado no ano anterior. Grande parte deveu-se ao aumento de 24,7% na receita operacional, passando de 38,0 bilhões em 2013, para 47,4 bilhões em 2014.

2.1.3. Demais Empresas

Este grupamento, denominado **Demais Empresas do Setor Produtivo Estatal**⁶, é constituído por empresas controladas diretamente pela União e que não participam de *holding* como **PETROBRAS** e **ELETROBRAS**. Destaca-se, porém, que as estatais dependentes foram excluídas na forma do disposto da Lei Complementar nº 101/2001.

⁶ Exceção feita à **COBRA**, **BB TURISMO**, **ATIVOS S.A.**, **BB CORRETORA**, **BB CARTÕES**, **BB ELO CARTÕES** e **BNC CAPITALIZAÇÃO**, que são controladas pelo Banco do Brasil S.A. e, por não atuarem no segmento financeiro, compõem o grupo Demais Empresas do Setor Produtivo Estatal.

QUADRO 07
PDG – SPE / DEMAIS EMPRESAS DO SPE

Demonstrativo consolidado da execução de USOS E FONTES - Período de 2010 a 2014

Valores em R\$ milhões correntes

RUBRICAS	2010	2011	2012	2013	2014
U S O S					
Dispêndios de Capital	5.467	5.016	6.810	9.972	13.547
Investimentos	1.681	2.199	2.931	3.630	3.870
Inversões Financeiras	0	0	380	676	791
Amortizações - Principal	2.428	1.690	1.781	1.888	1.374
Operações de Crédito Internas	178	1	2	6	2
Operações de Crédito Externas	35	39	26	18	4
Debêntures	0	0	0	0	8
Mútuos com Empresas no Exterior	0	0	0	0	0
Outras Fontes	2.192	1.620	1.722	1.834	1.360
Outros Dispêndios de Capital	1.357	1.127	1.718	3.778	7.513
Dispêndios Correntes	25.027	27.489	29.273	31.407	33.234
Pessoal e Encargos Sociais	9.144	10.014	11.193	12.447	15.097
Materiais e Produtos	793	879	1.009	1.219	931
Serviços de Terceiros	8.983	10.045	10.698	10.823	10.445
Utilidades e Serviços	707	766	806	599	612
Tributos e Encargos Parafiscais	2.119	2.418	2.605	2.695	3.116
Encargos Financeiros e Outros	1.555	1.178	751	588	798
Operações de Crédito Internas	33	12	9	6	220
Operações de Crédito Externas	7	4	3	1	1
Debêntures	0	11	6	2	0
Mútuos com Empresas no Exterior	0	0	0	0	0
Outras Fontes	1.515	1.150	733	578	577
Demais Dispêndios Correntes	1.726	2.190	2.212	3.035	2.235
TOTAL DOS USOS	30.494	32.505	36.083	41.379	46.782
F O N T E S					0
Receita	28.491	32.973	34.697	38.813	42.480
Subsídio do Tesouro	0	0	0	0	0
Receita Operacional	24.369	28.031	29.747	34.973	38.979
Receita não Operacional	4.122	4.942	4.950	3.839	3.500
Recursos p/ Aumento do Patrimônio Líquido	542	1.464	705	3.000	2.638
Tesouro	310	1.429	705	3.000	2.626
Participação no Capital - Empresas Estatais	232	35	0	0	0
Demais	0	0	0	0	12
Retorno de Aplicações Financeiras de Longo Prazo	2.651	1.425	1.346	1.320	1.295
Operações de Crédito de Longo Prazo	1	0	7	0	353
Operações de Crédito Internas - Moeda	1	0	7	0	353
Operações de Crédito Internas - Bens e Serviços	0	0	0	0	0
Operações de Crédito Externas - Moeda	0	0	0	0	0
Operações de Crédito Externas - Bens e Serviços	0	0	0	0	0
Outros Recursos de Longo Prazo	475	437	45	3	0
Debêntures	123	0	0	0	0
Empréstimos/Financiamentos (não Inst. Financeiras)	0	0	0	0	0
Demais Recursos de Longo Prazo	352	437	45	3	0
TOTAL DOS FONTES	32.160	36.299	36.801	43.136	46.765
Varição de Empréstimos de Curto Prazo	0	-139	149	-104	-32
Varição do Capital de Giro	-431	-1.296	-707	-1.655	-39
Ajustes de Receitas e Despesas Financeiras	-686	-716	-989	-787	-259
Varição do Disponível (Inicial-Final)	-549	-1.642	829	789	348
TOTAL LÍQUIDO DAS FONTES	30.494	32.505	36.083	41.379	46.782

Fonte: Siest

Este grupamento, em 2014, era constituído por 32 empresas, nos seguintes segmentos:

- 08 em administração portuária (**CDRJ, CODESA, CODESP, CODEBA, CDC, CDP, CODOMAR e CODERN**);
- 01 em administração aeroportuária (**INFRAERO**);
- 03 em abastecimento e armazenamento (**CEAGESP, CEASAMINAS e CASEMG**);
- 03 na indústria (**AMAZUL, EMGEPRON e CMB**);
- 01 em serviços postais (**ECT**);
- 01 na área de telecomunicações (**TELEBRÁS**);
- 03 em processamento de dados - serviços e suprimentos (**SERPRO, DATAPREV e COBRA**);
- 01 agência de turismo (**BB TURISMO**);
- 03 gestoras de ativos (**EMGE, ABGF e ATIVOS S.A.**);
- 07 gestoras de cartões e seguros (**BB CORRETORA, BB ELO CARTÕES, BB SEGUROS, BB CARTÕES, BB SEGURIDADE, BB COR e BNC CAPITALIZAÇÃO**); e
- 01 em pesquisa e produção de hemoderivados (**HEMOBRÁS**).

O **Grupo Demais Empresas do Setor Produtivo Estatal** apresentou alta de 35,8% nos dispêndios de capital em relação ao ano anterior e nos dispêndios correntes a alta foi de 5,8% em relação a 2013.

Quanto às fontes, verificou-se elevação da receita operacional em aproximadamente R\$ 4,0 bilhões em relação a 2013, alta de 11,4%.

O volume líquido das fontes despendidas pelo grupo representou 7,5 % do total do **Setor Produtivo Estatal**.

2.2. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS FEDERAIS

O quadro abaixo permite uma visualização contextualizada da evolução dos dispêndios de capital e corrente, bem como das fontes de financiamento, das **Instituições Financeiras Oficiais Federais** entre os anos de 2010 a 2014:

QUADRO 08
PDG – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS - IFF
 Demonstrativo consolidado da execução de USOS E FONTES - Período de 2010 a 2014

RUBRICAS	Valores em R\$ milhões correntes				
	2010	2011	2012	2013	2014
U S O S					
Dispêndios de Capital	199.166	129.829	126.890	128.811	140.764
Investimentos (*)	2.826	2.527	3.360	3.648	4.290
Inversões Financeiras	31.308	5.899	3.493	2.013	2.295
Amortizações – Principal	28.909	35.106	27.769	44.211	36.760
Operações Internas	13.797	16.617	19.210	22.339	22.904
Operações Externas	7.894	8.415	1.470	10.773	4.241
Operações Resolução 63	0	0	0	0	0
Demais Obrigações	7.218	10.074	7.089	11.098	9.615
Outros Dispêndios de Capital	136.123	86.298	92.268	78.939	97.420
Dispêndios Correntes	171.015	211.929	224.789	261.358	356.320
Pessoal e Encargos Sociais	21.366	24.171	27.052	30.359	33.678
Locação de Equipamentos Processamento de Dados	41	43	50	39	40
Serviços de Terceiros	11.853	14.427	17.428	18.369	20.416
Utilidades e Serviços	2.088	2.321	2.503	2.591	3.299
Tributos e Encargos Parafiscais	16.258	13.382	12.717	15.434	11.048
Encargos Financeiros e Outros	98.200	141.980	145.758	168.473	239.919
Operações Internas	2.440	2.395	2.949	3.958	3.730
Operações Externas	978	1.222	1.908	2.253	11.320
Operações Resolução 63	0	0	0	0	0
Depósitos	31.532	45.973	45.720	47.284	72.287
Variação Cambial	-2.740	7.174	6.339	11.206	9.207
Outras Obrigações	65.990	85.216	88.802	103.714	143.376
Demais Dispêndios Correntes	21.210	15.606	19.282	26.093	47.920
Total dos Dispêndios PDG	370.181	341.759	351.679	390.169	497.084
Aplicações em Empréstimos / Financiamentos	183.637	196.125	261.692	311.531	271.615
Total dos Usos	553.818	537.884	613.371	701.700	768.699
F O N T E S					
Receita	321.112	299.367	339.554	373.922	459.643
Subsídio do Tesouro	0	0	0	0	0
Receita Operacional	195.168	259.560	269.691	300.830	392.679
Receita não Operacional	125.945	39.806	69.863	73.092	66.964
Recursos p/ Aumento do Patrimônio Líquido	16.755	7.086	300	202	1.413
Tesouro	9.700	6.793	0	0	0
Participação no Capital	0	0	0	200	600
Outros Recursos p/ Aumento do Patrimônio Líquido	7.055	292	300	2	813
Retorno de Operações de Crédito	1.669	1.258	857	512	373
Tesouro-Recebimento de Créditos Diversos	6.836	8.384	8.641	9.302	10.131
Recursos de Empréstimos e Financiamentos de LP	33.387	40.062	46.188	63.640	57.546
Operações de Crédito Internas – Moeda	21.757	21.041	33.197	43.306	33.549
Operações de Crédito Externas	13.906	11.882	6.218	10.266	15.134
Operações Resolução 63	509	0	578	0	0
Variação Cambial	-2.785	7.139	6.195	10.069	8.863
Demais Obrigações	191.582	242.038	235.141	219.031	277.347
Tesouro	112.163	56.833	63.313	49.826	77.472
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	0	0	0	0	0
Transferência do FAT	11.740	13.902	15.188	14.070	19.747
Fundo de Marinha Mercante - FMM	0	0	0	0	0
Depósitos a Vista	9.928	-2.230	15.298	-1.682	-1.307
Depósitos a Prazo	72.383	116.832	74.656	33.912	27.684
Outras Obrigações	-14.632	56.701	66.686	122.906	153.752
Total das Fontes	571.341	598.195	630.682	666.609	806.454
Variação de Obrigações e Empréstimos de CP	-16.763	7.893	-7.223	-3.343	110
Outras Variações Patrimoniais	7.147	-73.187	6.943	48.524	-34.270
Variação do Disponível	-7.907	4.983	-17.031	-10.090	-3.596
Total Líquido das Fontes	553.818	537.884	613.371	701.700	768.699

Fonte: Siest

Obs: (*) - Inclui operações de Arrendamento Mercantil

Nos dispêndios de capital total houve um aumento de 9,2% em 2013, passando de 128,8 bilhões em 2013 para 140,7 bilhões em 2014.

Já nos dispêndios correntes, observou-se crescimento de 36,3% em relação ao ano anterior, que passou do valor de R\$ 261,3 bilhões em 2013, para R\$ 356,3 bilhões 2014.

Quanto às fontes de recursos, houve crescimento de R\$ 85,7 bilhões nas receitas em relação a 2013, alta de 22,9%.

A receita operacional teve aumento 91,8 bilhões em relação a 2013, apresentando um crescimento na ordem de 30,5% em 2014.

3. O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – OI

3

O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - OI

O investimento público surge como peça imprescindível na composição da matriz insumo-produto brasileira, para preencher lacunas em que o empreendedorismo privado nacional ou estrangeiro não possui condições de suprir, seja por falta de capital em volume suficiente, seja por causa da aversão ao risco inerente às inversões de longo prazo. Assim, o setor público precisa atuar essencialmente como agente indutor do investimento privado e executar diretamente ações em setores fundamentais para a economia brasileira.

Dessa forma, no papel de executor direto de investimento, o setor público tem dois caminhos: utilizar recursos fiscais ou promover investimentos por meio de recursos próprios das empresas estatais.

O **Orçamento de Investimento – OI** – está previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal e abrangerá as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, ressalvadas aquelas cuja programação conste integralmente do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social.

O **OI** é composto por todos os investimentos realizados pelas estatais, independentemente da fonte de financiamento utilizada, com gastos com aquisição de bens classificáveis no Ativo Imobilizado, de acordo com as determinações da Lei nº 6.404, 15 de dezembro de 1976, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, 28 de dezembro de 2007 e leis posteriores, bem como benfeitorias por elas realizadas em bens da União e as benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos a elas pela União, excetuados os custos relativos à aquisição de bens que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou de terceiros e os valores do custo de empréstimos contabilizados no ativo imobilizado.

Os investimentos realizados pelas empresas estatais federais espelham a escrituração segundo o regime de competência, em conformidade com o que preceituam os artigos 177 e 187 da Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das Sociedades por Ações).

O **OI** para 2014 foi aprovado no montante de R\$ 105.675.323.398,00 (cento e cinco bilhões, seiscientos e setenta e cinco milhões, trezentos e vinte e três mil, trezentos e noventa e oito reais), de acordo com as diretrizes da **LDO** para a elaboração e organização do Orçamento Geral da União – **OGU** para o exercício de 2014, bem como para o acompanhamento da sua execução.

O **Orçamento de Investimento** para 2014, no decorrer do exercício, teve sua dotação alterada, por vários normativos, e desse movimento resultou uma dotação final no montante de R\$ 111.181.521.426,00 (cento e onze bilhões, cento e oitenta e um milhões, quinhentos e vinte e um mil, quatrocentos e vinte e seis reais), conforme demonstrativo a seguir:

QUADRO 09
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014
Demonstrativo da Execução por Setor

Valores em R\$ mil

Setor	Dotação Inicial	Crédito Líquido	Dotação Final	Realizado Anual	Compos. %	Execução %
Setor Produtivo Estatal	99.705.304	5.811.235	105.516.539	91.537.723	95,8	86,7
Setor Financeiro	5.970.019	-305.037	5.664.982	3.967.918	4,2	70,0
Total	105.675.323	5.506.198	111.181.521	95.505.641	100,0	85,9

Fonte: Siop

A participação de recursos próprios nos dispêndios de 2014 de R\$ 89,2 bilhões (quadro 10), responde por 93,5% do financiamento dos investimentos globais, tendo também a melhor execução, sendo efetivamente gastos 94,6% dos valores previstos. Os recursos para aumento do Patrimônio Líquido, programados inicialmente para serem aportados nas empresas pelo Tesouro Nacional e pelas respectivas controladoras, compunham parcela de 3,7% do montante aprovado de R\$ 111,1 bilhões do **Orçamento de Investimento** de 2014. Ao final do exercício, essa fonte de recursos foi responsável pelo financiamento de 2,8% dos investimentos realizados.

Do total de recursos do Tesouro Nacional, programados no **Orçamento de Investimento** de 2014, foram efetivamente aplicados R\$ 1,8 bilhão do montante total de R\$ 2,9 bilhões, correspondendo a 61% do total disponível.

Do orçamento previsto para captação de créditos de longo prazo no total de R\$ 10,7 bilhões, foram captados somente R\$ 3,1 bilhões em 2014.

QUADRO 10
FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS 2014

Valores em R\$ mil

Fontes de Financiamento	Dotação Final	Compos. %	Realizado Anual	Compos. %	Desemp. %
Recursos Próprios	94.357.299	84,9	89.282.891	93,5	94,6
Geração Própria	94.357.299	84,9	89.282.891	93,5	94,6
Recursos p/ aumento do Patrimônio Líquido	4.157.103	3,7	2.657.714	2,8	63,9
Tesouro	3.805.728	3,4	2.359.759	2,5	62,0
Direto	2.953.492	2,7	1.799.145	1,9	60,9
Saldo de Exercícios Anteriores	852.237	0,8	560.614	0,6	65,8
Controladora	351.375	0,3	297.955	0,3	84,8
Operações de Crédito de Longo Prazo	10.704.052	9,6	3.171.808	3,3	29,6
Internas	9.078.850	8,2	3.138.979	3,3	34,6
Externas	1.625.202	1,5	32.828	0,0	2,0
Outros Recursos de Longo Prazo	1.963.067	1,8	393.228	0,4	20,0
Debêntures	800.000	0,7	0	0,0	0,0
Controladora	1.160.067	1,0	393.228	0,4	33,9
Outras Fontes	3.000	0,0	0	0,0	0,0

Total	111.181.521	100,0	95.505.641	100,0	85,9
--------------	--------------------	--------------	-------------------	--------------	-------------

Fonte: Siop

3.1. SETOR PRODUTIVO ESTATAL - SPE

O **Setor Produtivo Estatal** apresentou uma redução do orçamento de investimento na ordem de 10,2% em relação a 2013, passando de R\$ 117,5 bilhões para R\$ 105,5 bilhões em 2014. O nível de execução do mesmo também apresentou uma leve queda em relação ao realizado em 2013, que foi de 93,7% contra 86,8% em 2014.

QUADRO 11
SETOR PRODUTIVO ESTATAL
Investimento por Principais Grupos 2014

Grupo	Valores em R\$ mil					
	Dotação Inicial	Crédito Líquido	Dotação Final	Realizado Anual	Compos. %	Execução %
Grupo Eletrobras	9.685.745	-792.067	8.893.678	6.264.536	6,8	70,4
Grupo Petrobras	84.452.060	6.062.727	90.514.787	81.403.296	88,9	89,9
Demais Empresas	5.567.499	540.575	6.108.074	3.869.891	4,2	63,4
Total	99.705.304	5.811.235	105.516.539	91.537.723	100,0	86,8

Fonte: Siop

O **Grupo PETROBRAS** apresentou queda na execução dos investimentos, passando de 96,5%, em 2013, para 89,9% em 2014. Em termos nominais, os valores investidos tiveram uma redução em 2014 em relação a 2013 de R\$ 17,8 bilhões.

O **Grupo das Demais Empresas** elevou o valor dos investimentos efetivamente realizados em 2014 em R\$ 239,9 milhões em relação a 2013.

Por outro lado, o **Grupo ELETROBRAS** apresentou uma redução nos investimentos realizados em 2014 no valor de R\$ 994,5 milhões reduzindo, também, o percentual de execução de 83,1% em 2013 para 70,4% em 2014.

Em relação à composição dos investimentos do **Setor Produtivo Estatal**, o **Grupo PETROBRAS** apresentou retração em relação ao ano anterior, com participação percentual de 88,9% sobre os investimentos realizados no ano de 2014, em comparação com os 90,1% em 2013. Na contrapartida, a participação do **Grupo ELETROBRAS**, em 2014, respondeu por 6,8% dos investimentos em comparação com os 6,6 % em 2013. O **Grupo das Demais Empresas** também aumentou sua participação no total da composição dos investimentos do **Setor Produtivo Estatal** em 2014, passando para 4,2% contra os 3,3% em 2013.

QUADRO 12
SETOR PRODUTIVO ESTATAL
Fontes de Financiamento dos Investimentos - 2014

Valores em R\$ mil

Fontes de Financiamento	Dotação Inicial	Crédito Líquido	Dotação Final	Realizado Anual	Compos. %	Desemp. %
Recursos Próprios	86.758.602	1.933.715	88.692.317	85.314.973	93,2	96,2
Geração Própria	86.758.602	1.933.715	88.692.317	85.314.973	2,9	96,2
Recursos p/ aumento do Patrimônio Líquido	8.651.977	-	4.157.103	2.657.714	2,6	63,9
Tesouro	3.582.853	4.494.873	3.805.728	2.359.759	2,0	62,0
Direto	2.485.925	222.876	2.953.492	1.799.145	0,6	60,9
Saldos de Exercícios Anteriores	1.096.928	467.567	852.237	560.614	0,3	65,8
Controladora	5.069.124	-244.691	351.375	297.955	3,5	84,8
-		4.717.749				
Operações de Crédito de Longo Prazo	2.126.526	8.577.526	10.704.052	3.171.808	3,4	29,6
Internas	2.126.526	6.952.324	9.078.850	3.138.979	0,0	34,6
Externas	0	1.625.202	1.625.202	32.828	0,4	2,0
Outros Recursos de Longo Prazo	2.168.200	-205.134	1.963.067	393.228	0,0	20,0
Debêntures	0	800.000	800.000	0	0,4	0,0
Controladora	2.168.200	-	1.160.067	393.228	0,0	33,9
-		1.008.134				
Outras Fontes	0	3000	3000	0	0,0	0,0
Total	99.705.304	5.811.235	105.516.539	91.537.723	93,2	86,8

Fonte: Siop

Em relação às fontes de financiamento de investimentos com Recursos Próprios houve uma redução de 5,6% na dotação final em 2014, passando de R\$ 93,9 bilhões em 2013 para R\$ 88,6 bilhões em 2014.

QUADRO 13
SETOR PRODUTIVO ESTATAL
Investimentos Realizados por principais Grupos - 2010 a 2014

Valores em R\$ mil

Grupo	2010	2011	2012	2013	2014
Grupo Petrobras	74.552.101	71.285.370	85.984.216	99.224.888	81.403.296
Grupo Eletrobras	5.279.352	6.775.177	5.924.110	7.259.057	6.264.536
Demais Empresas	1.681.491	2.198.583	2.930.793	3.629.966	3.869.891
Total	81.512.943	80.259.131	94.839.119	110.113.910	91.537.723

Fonte: Siop

Somente o **Grupo das Demais Empresas** teve crescimento em seus investimentos em 2014, de 6,6%. O **Grupo ELETROBRAS** e o **Grupo Petrobras** tiveram redução de 13,7% e 17,9%, respectivamente, em seus investimentos.

QUADRO 14
SETOR PRODUTIVO ESTATAL

Fontes de Financiamento dos Investimentos - 2010 a 2014

Valores em R\$ mil

Fontes de Financiamento	2010	2011	2012	2013	2014
Recursos Próprios	59.171.598	71.317.931	76.876.143	93.396.629	85.314.973
Recursos p/ aumento do Patrimônio Líquido	3.833.220	1.984.644	12.109.347	13.240.128	2.657.714
Operações de Crédito de Longo Prazo	2.816.851	4.830.177	3.485.179	3.018.663	3.171.808
Outros Recursos de Longo Prazo	15.691.273	2.126.379	2.368.450	458.490	393.228
Total	81.512.943	80.259.131	94.839.119	110.113.910	91.537.723

Fonte: Siop

Os recursos próprios utilizados em 2014 responderam por 93,2% do total dos investimentos, permanecendo como a fonte mais expressiva. Juntamente com os recursos para aumento do patrimônio líquido, foram responsáveis por 96,1% das fontes de investimento.

A rubrica Outros Recursos de Longo Prazo, houve uma redução em comparação ao ano anterior, passando de R\$ 458,5 milhões em 2013 para R\$ 393,2 milhões em 2014, redução de 14,2%.

3.1.1. Grupo PETROBRAS

A *holding* do **GRUPO PETROBRÁS** registrou 80,5% na participação dos investimentos do grupo em 2014, aumento de 7,3 p.p. na comparação com o ano de 2013, quando apresentou participação de 73,2%. No total de investimentos, o grupo apresentou redução de 18% nos valores aplicados em 2014, comparado ao aplicado no exercício anterior.

QUADRO 15
GRUPO PETROBRAS

Investimentos Realizados por Empresa - 2010 a 2014

Valores em R\$ mil

Empresa	2010	2011	2012	2013	2014
Petrobras	47.382.143	45.895.590	58.526.602	72.678.889	65.564.919
Araucária	0	0	0	62.001	214.630
Arembepe	0	0	509	4.587	2.204
Brasoil	5.563	0	0	0	0
Breitener	199.084	0	0	0	0
BR	672.732	791.245	842.207	790.662	900.366
Citepe	904.874	1.110.905	1.308.812	930.255	172.014
CPRJBAS(Incorp.31/01/11)	1.188.392	0	0	0	0
CPRJEST (Incorp. 30/09/13)	41.270	9.978	0	0	0
CPRJMEG (Incorp. 30/09/13)	33.869	0	0	0	0
CPRJPARG (Incorp. 30/09/13)	0	28	1	0	0
CPRJPET(incorp. 31/01/11)	130.198	0	0	0	0
CPRJPOL (Incorp. 30/09/13)	160.768	311.520	0	0	0
ECM 1	0	0	31	3.054	21.464
Fafen Energia(Incorp.19/12/11)	3.322	3.895	0	0	0
FIC	7.928	29.451	310.368	38.803	0
Gás Brasileiro GBD	0	2.349	24.231	12.601	11.891
Innova (Vendida 30/09/13)	0	15.876	9.718	42.825	9.594
Liquigás	173.341	145.201	184.938	127.871	129.982
Mangue Seco 2	21.628	60.082	0	0	0
Pbio	70.271	25.972	25.708	27.024	25.039
Petroquímicasuape	814.624	1.251.012	544.576	221.203	1.902
Petroquisa(incorp. 27/01/12)	42.973	248	26	0	0
PB-LOG	618.229	668.858	415.427	4	11
PIB BV	4.693.044	4.427.039	5.067.244	5.070.929	3.593.324
PIFCo	199	1.035	0	0	0
PNBV	9.389.548	6.934.934	6.138.017	8.412.772	8.790.612
Rnest (Incorp. 16/12/13)	3.075.113	6.673.304	9.367.648	8.852.803	0
Stratura Asfaltos	1.792	5.137	3.204	2.497	2.430
SFE (Incorp. 30/09/13)	2.163	3.278	3.825	412	0
Termoceaná (Incorp. 02/04/14)	400	3.156	2.019	0	0
Termomacaé	488	548	0	0	0
Termorio(Incorp.19/12/11)	1.893	488	0	0	0
Transpetro	1.081.674	916.180	1.311.522	1.466.222	1.573.361
TAG	3.657.968	1.952.244	1.846.808	418.997	307.845
TBG	176.034	45.531	50.774	60.477	48.769
TI B.V.	0	0	0	0	32.940
Utejf(Incorp.19/12/11)	573	287	0	0	0
Total	74.552.101	71.285.370	85.984.216	99.224.888	81.403.296

Obs.: (*) A Rnest foi incorporada pela Petrobras em 16/12/2013

Fonte: Siop

Além da *holding*, outras três empresas realizaram investimentos acima de um bilhão de reais em 2014: Petrobras International Braspetro B.V. - **PIB BV**; Petrobras Netherlands B.V. - **PNBV**; Petrobras Transportes S.A. - **TRANSPETRO**.

Destaca-se uma redução na participação dos Recursos Próprios de 8,5% em 2014 em relação ao período anterior, passando de R\$ 87,9 bilhões em 2013 para R\$ 80,4 bilhões em 2014.

QUADRO 16
GRUPO PETROBRAS

Fontes de Financiamento dos Investimentos - 2010 a 2014

Valores em R\$ mil

Fontes de Financiamento	2010	2011	2012	2013	2014
Recursos Próprios	54.902.687	66.128.564	71.575.781	87.962.167	80.455.399
Recursos p/ aumento do Patrimônio Líquido	3.482.328	1.580.044	11.246.745	10.031.285	198.955
Operações de Crédito de Longo Prazo	2.078.931	3.256.762	2.509.516	1.231.436	748.942
Outros Recursos de Longo Prazo	14.088.155	320.000	652.173	0	0
Total	74.552.101	71.285.370	85.984.216	99.224.888	81.403.296

Fonte: Siop

Importante esclarecer que a soma linear das fontes de financiamento consideradas para fins do **Orçamento de Investimento** pode, eventualmente, superar os valores discriminados no demonstrativo consolidado de Usos e Fontes do **Grupo**. Isso porque, no demonstrativo consolidado de usos e fontes, as transferências de valores entre empresas do mesmo grupo se anulam, a fim de evitar a dupla contagem. No caso do **Orçamento de Investimento**, não há essa compensação, sendo consideradas apenas aquelas empresas que receberam os recursos para investimentos.

3.1.2. Grupo ELETROBRAS

Todas as 19 empresas do **Grupo ELETROBRAS** com acompanhamento pelo **PDG** em 2014, com exceção da **ETE – Estação Transmissora de Energia S. A.**, tiveram previsão de gastos à conta do **Orçamento de Investimento**, conforme discriminado no quadro abaixo:

QUADRO 17
GRUPO ELETROBRAS
Investimentos Realizados por Empresa - 2010 a 2014

Valores em R\$ mil

Empresa	2010	2011	2012	2013	2014
Eletrobras	95.545	15.013	14.447	24.065	33.284
AmE	489.909	503.822	750.954	1.044.628	412.648
BVenergia	10.266	32.680	26.727	17.899	20.761
Ceal	138.032	86.110	104.962	112.382	88.108
Cepel	16.115	14.096	20.173	15.037	9.165
Cepisa	275.916	299.974	314.648	207.085	132.433
Ceron	144.881	154.359	209.704	173.323	155.298
Chesf	789.568	1.145.713	1.152.264	1.388.017	1.237.640
CGTEE	438.159	258.775	64.861	61.622	28.624
Eletoacre	58.112	39.786	52.904	62.655	51.256
Eletronorte	418.341	391.742	348.011	359.690	378.703
Eletronuclear	531.331	1.273.044	740.940	1.651.471	1.987.042
Eletropar	18	13	11	17	50
Eletrosul	627.868	620.258	469.683	321.550	290.853
ETE	0	503.914	300.705	68.507	0
Furnas	1.245.290	987.845	1.147.868	944.710	849.175
PVTE (Incorp. 02/04/13)	0	297.431	59.340	18.162	0
RBTE (Incorp. 30/12/13)	0	119.119	64.348	12.137	0
RS Energia (Incorp. 02/04/13)	0	31.484	81.560	19.135	0
TSBE	0	0	0	416.002	168.573
TSLE	0	0	0	340.962	420.921
Uirapuru	0	0	0	0	1
Total	5.279.352	6.775.177	5.924.110	7.259.057	6.264.536

Obs.: (1) As empresas RS Energia e PVTE foram incorporadas pela Eletrosul em 02/04/2013.

(2) A RBTE foi incorporada pela Eletronorte em 30/12/2013.

(3) A RS Energia foi incorporada pela Eletronorte em 02/04/2013.

Fonte: Siop

Diferente do verificado no **Grupo PETROBRAS**, a *holding* do **Grupo ELETROBRAS** respondeu por pequena parcela dos investimentos em 2014, cerca de 0,5% do total do grupo. Isso ocorre porque a **PETROBRAS** é, também, uma empresa com funções produtivas, enquanto a *holding* da **ELETROBRAS** tem sua atuação focada na administração de suas subsidiárias.

QUADRO 18
GRUPO ELETROBRÁS
Fontes de Financiamento dos Investimentos - 2010 a 2014

Valores em R\$ mil

Fontes de Financiamento	2010	2011	2012	2013	2014
Recursos Próprios	3.144.092	4.024.382	3.799.719	3.992.840	3.589.822
Recursos p/ aumento do Patrimônio Líquido	0	58.471	241.351	1.020.499	99.000
Operações de Crédito de Longo Prazo	737.921	1.573.415	975.663	1.787.228	2.182.486
Outros Recursos de Longo Prazo	1.397.339	1.118.910	907.378	458.490	393.228
Total	5.279.352	6.775.177	5.924.110	7.259.057	6.264.536

Fonte: Siop

Em 2014 observa-se uma redução das fontes de financiamento dos investimentos em comparação com 2013, quando houve um aumento na rubrica. Houve redução de 13,7% nas fontes de financiamento, passando de R\$ 7,25 bilhões em 2013 para R\$ 6,26 bilhões em 2014, com destaque para Recursos para aumento do Patrimônio Líquido, cujo volume em 2014 foi de R\$ 99 milhões frente a R\$ 1,02 bilhão em 2013, perfazendo uma redução de 90,2%.

3.1.3. Demais Empresas

Do Grupo das **Demais Empresas do Setor Produtivo Estatal**, a **INFRAERO** manteve a maior participação nos investimentos em 2014, com 36,8% do total, confirmando uma escala de aumentos progressivos nos valores investidos. Ao observar a série histórica, é possível notar que os investimentos da **INFRAERO** atingiram seu maior valor desde 2011.

QUADRO 19
DEMAIS EMPRESAS DO SPE
Investimentos Realizados por Empresa - 2010 a 2014

Empresa	2010	2011	2012	2013	2014
Ativos S.A.	33	59	2.172	583	295
ABGF	0	0	0	2	486
BB Turismo	1.025	1.925	1.171	1.581	29
Casemg	685	202	309	334	678
Ceagesp	3.457	7.400	10.808	14.498	17.831
Ceasaminas	3.026	6.967	7.796	1.248	417
Cobra	7.354	8.816	8.378	9.739	14.844
Codeba	6.673	1.945	18.367	38.665	24.811
Codern	89.736	121.074	34.990	36.757	34.812
Codesa	8.528	17.931	95.254	74.103	48.478
Codesp	131.831	35.534	116.144	189.061	292.400
Codomar	0	6	31	0	0
CDC	14.691	19.224	81.352	104.073	70.593
CDP	29.006	85.148	43.254	8.548	23.017
CDRJ	14.344	13.716	4.923	19.585	14.105
CMB	244.279	202.287	233.923	54.579	31.380
Dataprev	101.441	59.427	122.977	228.580	168.881
Emgea	585	833	994	1.014	687
Emgepron	7.188	568	6.844	15.169	4.023
ECT	242.047	194.737	404.528	574.901	551.113
Hemobrás	17.124	66.809	76.652	183.739	168.643
Infraero	643.621	1.144.749	1.315.173	1.640.116	1.424.511
PPSA	0	0	0	0	378
Serpro	110.935	133.030	206.103	146.924	205.462
Telebras	3.883	76.195	138.649	286.167	772.019
Total	1.681.491	2.198.583	2.930.793	3.629.966	3.869.891

Fonte: Siop

Nesse grupo, comparativamente ao exercício anterior em crescimento percentual, destacam-se as empresas: **CDP-Cia Docas do Pará**, com crescimento de 169,2%; **TELEBRAS**, com 169,7%, **CASEMG**, com 102,9% e **CODESP-Cia Docas do Estado de São Paulo**, com 54,6%.

De acordo com o observado no quadro 20, o valor dos recursos próprios nas fontes de financiamento diminuiu em relação ao exercício anterior, passando de R\$ 1,4 bilhão, em 2013, para R\$ 1,2 bilhão em 2014.

Os recursos para aumento do Patrimônio Líquido tiveram uma variação, passando de R\$ 2,18 bilhões em 2013, para R\$ 2,35 bilhões em 2014, incremento percentual de 7,8%.

QUADRO 20
DEMAIS EMPRESAS DO SPE
Fontes de Financiamento dos Investimentos - 2010 a 2014

Fontes de Financiamento	Valores em R\$ mil				
	2010	2011	2012	2013	2014
Recursos Próprios	1.124.818	1.164.985	1.500.644	1.441.622	1.269.752
Recursos p/ aumento do Patrimônio Líquido	350.893	346.129	621.250	2.188.343	2.359.759
Operações de Crédito de Longo Prazo	0	0	0	0	240.380
Outros Recursos de Longo Prazo	205.780	687.469	808.899	0	0
Total	1.681.491	2.198.583	2.930.793	3.629.966	3.869.891

Fonte: Siop

3.2. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS FEDERAIS

A Lei Orçamentária Anual aprovou, para sete **Instituições Financeiras Federais**, dotações orçamentárias que somaram R\$ 5,9 bilhões, valor esse superior em 3,65% a 2013. As **Instituições Financeiras Oficiais** Federais investiram efetivamente, em 2014, R\$ 3,9 bilhões sendo executado somente 70% do previsto.

QUADRO 21
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS
Demonstrativo da Despesa por Empresa - 2014

Empresa	Valores em R\$ mil					
	Dotação Inicial	Crédito Líquido	Dotação Final	Realizado Anual	Compos. %	Execução %
BB	3.100.509	0	3.100.509	1.947.971	49,1	62,8
Caixa	2.522.200	-217.431	2.304.769	1.887.665	47,6	81,9
BNB	132.815	-27.751	105.064	34.726	0,9	33,1
Basa	57.782	2.100	59.882	41.350	1,0	69,1
BNDES	85.223	-32.951	52.272	33.914	0,9	64,9
Finep	42.485	0	42.485	22.294	0,6	52,5
IRB-Brasil Re(Desest.22/11/13)	29.005	-29.005	0	0	0,0	0,0
Total	5.970.019	-305.037	5.664.982	3.967.918	100,0	70,0

Obs: IRB-Brasil Re foi desestatizado em 22/11/2013

Fonte: Siop

As empresas com maior valor efetivamente investidos foram **BB** e **CAIXA**. Quanto ao percentual de execução, destaca-se a **CAIXA**, 81,9% e o **BASA**, com 69,1%.

QUADRO 22
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS
Investimentos Realizados por Empresa - 2010 a 2014

Valores em R\$ mil

Empresa	2010	2011	2012	2013	2014
BB	1.770.674	1.572.161	2.086.019	1.549.861	1.947.971
BNDES	52.873	47.938	29.259	16.590	33.914
Basa	19.353	38.865	16.030	23.170	41.350
BNB	21.142	27.799	42.027	69.857	34.726
Caixa	584.621	498.563	930.052	1.754.288	1.887.665
Finep	1.163	2.109	2.047	544	22.294
IRB-Brasil Re(Desest.22/11/13)	13.134	21.346	23.458	12.353	0
Total	2.462.960	2.208.782	3.128.891	3.426.663	3.967.918

Obs.: (1) O IRB-Brasil Re foi desestatizado em 22/11/2013

Fonte: Siop

Na comparação entre as participações nos investimentos, o **BB** apresentou a maior participação, representando 49% do total em 2014. O valor efetivamente investido em 2014 foi de R\$ 1,94 bilhão, R\$ 398,1 milhões superior ao de 2013. Logo em seguida, destaca-se a Caixa, com investimento de 1,88 bilhão, crescimento de 7,6% em relação ao ano anterior.

Todas as empresas com exceção do BNB tiveram incrementos nos investimentos: BNDES de 17,3 milhões, Basa de 18,1 milhões e Finep de 21,7 milhões.

Ao contrário, o **BNB** apresentou uma redução de 50,2% em investimentos, passando de R\$ 69,8 milhões em 2013 para R\$ 34,7 milhões em 2014, redução de R\$ 35,1 milhões no período.

4.DEMONSTRATIVOS

5. AGRADECIMENTOS

O DEST agradece a dedicação e empenho dos profissionais das empresas estatais responsáveis por alimentar o sistema de informação das Empresas Estatais – SIEST e pela inestimável colaboração para que este Relatório Anual fosse realizado.

Colaboradores

Abadia José de Jesus	José Alberto Monteiro de Souza
Adriano Hantequeste Gomes	José Paulino de Souza
Adriano José da Costa	José Roberto Ribeiro de Souza
Alexandre Puntar Roseira	Juliana da Cunha Gomes Trévia
Ana Angélica Menezes Figueiredo Sudário	Juliana Ferreira de Oliveira
Ana Karina Câmara de Souza	Juliana Maria da Cruz de Almeida
André Luiz Ferreira Rodrigues	Juliane Fagundes
André Pereira	Júlio César Mello
Andrea Totis	Lênia de Cássia Guimarães Franco
Antônio Francisco da Silva	Leonardo Leite Tavares
Antônio Tarcisio de Arruda	Luciano Cardoso Marcolino
Arlene Doerner Hoepers	Luiz Alexandre Costa Seabra
Armando Rubens de Campos Mendes	Luiz Humberto Andrade Madeira Barros
Camila de Souza Pereira da Silva	Luiza Aparecida Calab Rosa
Carlos Doorgal Scafuto	Luiza Helena Aboim Lima Pereira
Carlos Eduardo Gutierrez	Maise Oliveira Vera Ramos
Carlos Murilo de Assis Ross	Manoel Antonio Pereira Souza
Claudelúcia Araújo	Marcelo Francisco Xavier
Cléber Wilson Oliveira Passos	Marcelo Ramos Lopes
Cristiana Barra Andrade	Maria Anadisia de Sousa Marinho Ramos
Daniel Souza Costa	Maria Geânia de Souto
Daniele Resende Duarte Saad El Seoudi	Maria Margarida Ribeiro
David Diego Fernanes Magalhães	Míriam Aparecida Figueiredo Silva Patrocínio
Edmê de Lima	Nadir Fraga de Oliveira Santos
Eduardo Cardeal Tomazzia	Nêmora Magali Fischdick
Eduardo Soares	Nívia Guimarães da Costa
Elaine Sales de Almeida	Norma Bacelar Barbalho
Elielda Diógenes Chaves	Oswaldo Salsano Júnior
Exedito Rezende Lemos	Pablo Ricardo Cavallieri Dias
Fabiana Ferreira Paiva Santos	Paulo Aymires Pereira Tavares
Fenelon Alexandre Silva Câmara dos Reis	Paulo Cesar Tragidio de Araújo
Flávio Carvalho	Plínio Laurindo Gonzaga Silva
Gabriela Pasinato Alves Leal	Prisce Maria Maia Crescêncio Pereira
Giselly Parente Sena	Redelvim Andrade Neto
Gláucia Eliane de Araújo	Renato Sérgio Vieira
Hevanilce Soares Cavalcante	Rinaldo Bianco
João Dias Rosa Filho	Roberto Carlos De Araújo
Jonatas Nogueira de Melo	Rogério Vianna Moreira dos Santos

Sérgio de Almeida Ferreira
Sérgio Eduardo Cavalcanti Jardim Sayão
Sérgio Luiz de Oliveira Ribeiro
Shirley Simone Knust
Stevan Andrade
Sueli Faria Ferreira

Suely Dores Horsst Kuhlman Rego
Valternei do Amaral Oliveira
Vanda Lúcia Batista
Victor Gomes Paulo Smith
Wilson José Couceiro